

JORNAL DA AduFRJ

1336 • 11 de outubro de 2024 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj



DIZ NO PÉ!
ADUFRJ convida os professores para celebrar o 15 de outubro com uma roda de samba. E vai ter sorteio de ingressos para uma peça teatral!

Página 2

ARTE: HIPPERTY/BANCO DE IMAGENS: FREEPK



VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

2024 já é o ano mais crítico para mulheres que atuam na política do país. Deputadas e pesquisadoras discutem o fenômeno e avaliam caminhos para superar o problema

Páginas 4 e 5

15 de outubro, 19h

Samba d@ Professor@

AdUFRJ

AVENIDA RUI BARBOSA, 762

CONVITE ESPECIAL PARA O DIA D@S PROFESSOR@S

É com imensa alegria que a AdUFRJ convida tod@s @s colegas para celebrar o **DIA DOS PROFESSORES** de uma forma especial e cheia de ritmo! Junte-se a nós em uma animada roda de samba.

No final da festa, vamos sortear **25 ingressos** para a peça **“Eu matei Sherazade, confissões de uma árabe em fúria”**. O espetáculo, inspirado no livro da libanesa Joumana Haddad, está em cartaz no Teatro Poeira.

Venha brindar conosco ao valoroso papel que cada um de nós desempenha na educação pública, gratuita e de qualidade.

Data: 15 de outubro

Hora: 19h

Local: Avenida Rui Barbosa, 762, no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ

Participe e espalhe a notícia para os colegas!! Com carinho, Diretoria da AdUFRJ

CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES DEBATE DILEMAS E AVANÇOS DA CARREIRA DOCENTE

ANA BEATRIZ MAGNO
Enviada especial

A carreira docente é o principal tema do 15º Conad Extraordinário do Andes-SN, iniciado na tarde desta sexta-feira (11), em Brasília, na sede da Associação de Docentes da UnB. A expectativa dos organizadores é que o evento reúna mais de 260 professoras e professores até a noite de domingo (13).

A UFRJ é representada por quatro professoras e um professor escolhidos em assembleia. Mayra Goulart, presidente

da AdUFRJ, é a delegada.

“É com enorme alegria que a UnB recebe o Conad. A discussão sobre a carreira do docente é fundamental”, resumiu o professor Paulo Cesar Marques, representante da reitoria da UnB. “Falar de carreira não é outra coisa que falar de futuro”, discursou o presidente do Andes, Gustavo Seferian (UFMG), na cerimônia de abertura.

Os debates serão baseados no Caderno de Textos, documento de 121 páginas, com artigos assinados pela diretoria do Andes, por grupos de professores e por diretorias de associações docentes.

“A carreira docente deve ser

estruturada de forma a permitir que todas, todes e todos docentes alcancem o topo da carreira independentemente da titulação”, escreve a diretoria do Andes, no item 3, da página 57, num dos textos mais simbólicos do encontro.

A diretoria da AdUFRJ espera que o debate seja aprofundado para além das palavras de ordem. “A universidade pública brasileira é um projeto que concilia duas dimensões que raramente andam juntas: inclusão e excelência”, avalia a presidente da AdUFRJ, Mayra Goulart. “O pilar desse projeto é o professor e ele precisa ser bem remunerado e estimula-

do a seguir se aperfeiçoando incessantemente para que, através do seu exemplo, possa orientar os estudantes a seguir pelo mesmo caminho. Esse deve ser o norte da discussão sobre a nossa carreira”.

O professor Carlos Zarro, do Instituto de Física, leu atentamente o Caderno de Textos e espera bons debates. “Discordo da progressão automática, da questão de todos os docentes chegarem ao topo da carreira com qualquer titulação, o que desestimula a formação docente e o tempo necessário para se chegar ao topo da carreira, maior do que o atual, para um docente que ingressa como adjunto”, resume Zarro.

Leia na próxima edição do Jornal da AdUFRJ a reportagem completa sobre o 15º Conad Extraordinário.

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

RIO DE JANEIRO

-  **IBEU**
-  **CLUB PET**
-  **MAPLE BEAR TIJUCA**
-  **MIT CUIDADORES**
-  **ACADEMIA TIJUCA FIT**
-  **MADONA CLINIC**
-  **Psicare PSICARE**
-  **FISIOTERAPIA RJ LTDA**
-  **CRECHE AMANHECENDO**
-  **CRECHE ESCOLA RECRIAR**
-  **CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS**
-  **ROÇA URBANA ORGÂNICOS**
-  **JC LUZ CORRETORA**
-  **FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL**
-  **BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS**
-  **MACAÉ ESCOLA ALFA**
-  **CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL**
-  **HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR**
-  **MAIS FITNESS ACADEMIA**
-  **CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA**
-  **RIO DE JANEIRO E MACAÉ INSPIRE ENERGIA SOLAR**
-  **KALUNGA PAPERARIA**
-  **DROGARIA RAIA**
-  **WELLHUB**

PROFESSORES COMEMORAM GANHOS DA AÇÃO DOS 3,17%

> Setor jurídico da AdUFRJ ajuizou 1,1 mil processos, mas muitos docentes ainda não assinaram a procuração disponibilizada pelo sindicato. É preciso correr: ação prescreve em março de 2025

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Cada vez mais professores começam a celebrar os ganhos da ação movida pela AdUFRJ em relação aos 3,17%, um índice de reajuste salarial devido aos servidores federais entre janeiro de 1995 e dezembro de 2001. Os valores recebidos são corrigidos pela inflação desde então.

“Foi uma surpresa muito boa. É sempre bom receber um dinheiro extra”, comemorou a professora Cenira Barroso, aposentada da Escola de Química. Ex-diretora da unidade, a docente foi uma das 1,1 mil pessoas que tiveram o processo ajuizado pelo sindicato desde julho do ano passado.

A ação coletiva transitou em julgado, mas a Justiça determinou que o pagamento dos valores seja feito através de processos individuais. Cenira foi uma das primeiras a assinar, em agosto de 2023, a procuração disponibilizada pelo setor jurídico da AdUFRJ. Em outubro deste ano, passou a contar com o recurso aplicado na conta. “O dinheiro fica a postos para qualquer eventualidade”, afirma.

Professor aposentado da Faculdade de Medicina, Antonio Issa entregou a procuração em setembro de 2023 e, passado um ano, também recebeu o pagamento da ação. “Óbvio que gostei muito. Um dinheiro que entrou na conta ninguém reclama”, brinca. Depois, sério, elogia a ação da AdUFRJ: “O sindicato sempre foi muito atuante e confiável”.

Mas se o processo eletrônico já está ganho, por que os professores estão demorando um ano ou mais para receber o pagamento? É o que esclarece o assessor jurídico do sindicato, Renan Teixeira: “O processo se divide em duas fases, a de discussão de direito e a de discussão de valores. A primeira já foi ganha. Ou seja: todos os professores que estão na lista enviada pela UFRJ, disponível no sindicato, têm direito aos valores”.

Após a discussão do direito — que demorou anos —, inicia-se a fase de definição dos valores, que deve ser ajuizada por cada professor, por determinação judicial. Depois de iniciado o processo individual, o juiz determina que a universidade se manifeste para apresentar o valor devido, no prazo de 60 dias.

Os valores devidos também influenciam no prazo de pagamento. “Aqueles abaixo de 60 salários mínimos (R\$ 84.720) são pagos em até 60 dias corridos a partir da ordem de pagamento. Acima disso, entram na modalidade do precatório federal”.

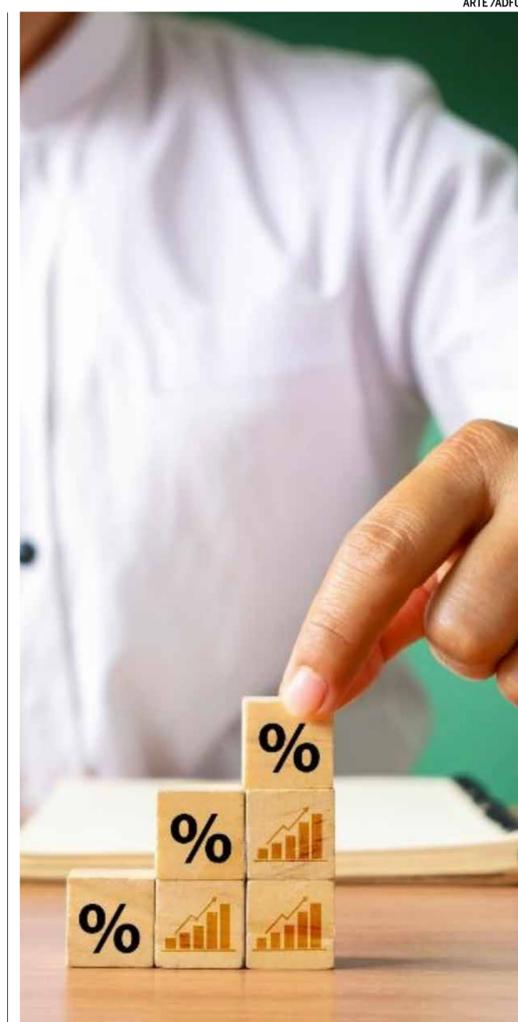
RENAN TEIXEIRA
Assessor jurídico da AdUFRJ

“Após apresentado, mandamos para o nosso contador verificar. Até aqui, 100% dos casos estiveram corretos e concordamos. Só então o juiz homologa e determina a ordem de pagamento”.

Os valores devidos também influenciam no prazo de pagamento. “Aqueles abaixo de 60 salários mínimos (R\$ 84.720) são pagos em até 60 dias corridos a partir da ordem de pagamento. Acima disso, entram na modalidade do precatório federal. Os precatórios inseridos no sistema até o dia 2 de abril de cada ano são pagos somente com o orçamento do ano seguinte”, informa o advogado.

É por que um professor que protocolou antes de um colega que recebeu ainda pode estar na fila de espera? “Ajuizamos os processos na ordem de envio da procuração. Mas cada processo, por sorteio, pode ser distribuído por mais de 30 varas federais, com juízes e acúmulos de trabalho diferentes. Portanto, pode haver esta diferença de andamento”, acrescenta Renan.

A AdUFRJ tem divulgado a ação dos 3,17% no jornal, nas redes sociais, no seu grupo de



ORIGEM DOS 3,17%

Em 1994, uma lei estabeleceu que todo o funcionalismo deveria receber reajuste, a partir do início de 1995, de acordo com dois parâmetros: o primeiro seria o Índice de Preços ao Consumidor em Real, baseado entre a emissão da nova moeda, o Real, em julho e dezembro daquele mesmo ano. O segundo critério previa que, caso o valor pago a título de remuneração

no mês de dezembro de 1994, fosse menor do que a média dos valores pagos durante todo o ano — o cálculo levava em conta uma conversão para a extinta Unidade Real de Valor (URV) —, o reajuste também deveria ser composto por essa diferença. Entretanto, o governo federal não aplicou o segundo parâmetro, que resultava justamente nos 3,17%.

transmissão via Whatsapp ((21) 99365-4514) ou por e-mail. Ainda assim, quase dois mil professores ainda precisam assinar a procuração disponibilizada pelo sindicato. E, como alerta o assessor jurídico, este numeroso grupo precisa se apressar.

O prazo final para ingresso desta ação é março de 2025. “A prescrição de ações contra

a Fazenda Pública é de cinco anos. No final de 2022, a juíza determinou o arquivamento da ação coletiva e que cada professor buscasse seu direito individualmente. A partir de então, o prazo voltou a correr pela metade, ou dois anos e meio. O que nos leva a março de 2025”, afirma Renan.

Todos os professores que es-

tavam na carreira (mesmo aposentados) entre janeiro de 1995 e dezembro de 2001 podem entrar em contato com o sindicato pelo número de Whatsapp (21) 99808-0672 ou pelo email atendimentojuridico@adufrrj.org.br para verificar se têm direito ao ganho judicial e assinar a procuração (veja como no quadro).

CUIDADO

É importante ter cuidado com golpistas e só se comunicar com a AdUFRJ pelos canais oficiais divulgados acima. “Nem o sindicato nem o setor jurídico pedem adiantamento de custas a respeito do assunto. Nossos honorários são sobre o êxito. Só ganhamos se o professor ganhar. Essa história de que precisa pagar custas de perito para receber valores é golpe”, diz Renan. Filiados pagam 10% das custas; não filiados, 20%.

COMO ASSINAR A PROCURAÇÃO

A. Após a verificação de que o professor tem direito, a procuração pode ser obtida de diversas formas:

✓ O documento pode ser solicitado no Whatsapp da AdUFRJ: (21) 99808-0672, pelo email atendimentojuridico@adufrrj.org.br, na própria sede do Sindicato, ou pelo site da entidade, na aba “serviços” e clicando em “atendimento jurídico”.

B. É possível fazer o preenchimento de duas formas:

✓ Ela poderá ser impressa, preenchida, assinada e encaminhada de volta escaneada, pelo email ou pelo Whatsapp citados acima.

✓ Ou, ainda, mediante a utilização de assinatura digital. A assinatura digital pode ser feita através do sistema interno do servidor ou, ainda, pela assinatura do SOUGOV, disponível no site do Governo Federal através de login e senha. É necessário cadastro.

C. Também é preciso encaminhar: identidade e comprovante de residência.

VIOLÊNCIA NA POLÍTICA CRESCE E PREOCUPA MULHERES

> Agressões, intimidações e ameaças fazem parte da triste rotina de ataques a parlamentares e candidatas em todo o país. Estudo mostra que 2024 é o ano de maior violência política de gênero

SILVANA SÁ
E RENAN FERNANDES
comunica@adufrj.org.br

O ano de 2024 já está marcado como o que mais registrou denúncias de violência política de gênero no Brasil.

Há casos em todos os estados e também no Distrito Federal, com destaque para a Região Sudeste, que concentra quase 40% das agressões. Para se ter uma ideia, o Disque 100, serviço do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, recebeu este ano 584 denúncias de violência política contra mulheres. Em 2022, ano também eleitoral, esse número foi de 354 denúncias.

A intimidação e a ameaça são outras formas tristemente comuns de violência a mulheres na política. Primeira deputada trans da Alerj, Dani Balbi (PcdoB-RJ) denunciou publicamente, no dia 3 de outubro, uma ameaça recebida por e-mail anônimo. A agressora (supostamente uma mulher branca e cisgênero), além de dizer que atentaria contra a vida da parlamentar, proferiu insultos transfóbicos.

EXPLOÇÃO DE CASOS

Na primeira edição da pesquisa “A violência política e eleitoral no Brasil”, das ONGs Terra de Direitos e Justiça Global, lançada em 2020, as mulheres ocupavam 13% das vagas nas casas legislativas municipal, estadual

e federal, mas representavam 31% das vítimas de ameaça e 76% das vítimas de ofensas.

Já na segunda edição da pesquisa, em 2022, o percentual de mulheres nos espaços legislativos subiu para 16%. O aumento tímido da participação feminina foi acompanhado de um crescimento substancial na violência. As mulheres foram 56% das vítimas de ameaças e 75% das vítimas de ofensas. Mulheres negras foram vítimas de 23% dos casos de violência política no país.

Os dados preliminares já divulgados pelas ONGs da pesquisa que será lançada este ano também apontam o agravamento da violência política de gênero. Se na edição de 2022 as mulheres foram vítimas de 42% dos casos de violência, a edição de 2024 indica um crescimento para 46% do total de casos.

Com 518 ocorrências, o ano de 2024 se mostra como o mais violento da série histórica produzida pelas duas organizações.

NÃO SÃO SÓ NÚMEROS

Por trás dos dados há muitas histórias. Tristes exemplos de como uma democracia não deve se comportar. O Ministério Público Federal acompanha 11 casos de violência a candidatas que disputaram a eleição deste ano. O mais grave, um estupro contra Lili Rodrigues, do PSOL, candidata a vice-prefeita de Porto Velho. Ela foi violentada a dois dias do pleito. A vítima registrou boletim de ocorrência e realizou exames e procedimentos médicos, incluindo corpo de delito e profilaxia após violência sexual.

PANORAMA SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA POLÍTICA

Já foi discriminado no ambiente político em função do gênero?

Mulheres: **32%** ●●●○○○○○○○○
Homens: **10%** ●○○○○○○○○○○○○

Foi interrompido ou impedido em sua fala?

Mulheres: **40%** ●●●●○○○○○○○○
Homens: **30%** ●●●○○○○○○○○○○

Foi desqualificado em função do seu gênero?

Mulheres: **27%** ●●●○○○○○○○○○○
Homens: **5%** ●○○○○○○○○○○○○○○

Sofreu agressão sexual?

Mulheres: **5%** ●○○○○○○○○○○○○○○
Homens: **1%** ●○○○○○○○○○○○○○○

Discriminação por gênero tem relação com o nível do cargo

Esfera municipal
Mulheres: **32%** ●●●○○○○○○○○○○
Homens: **10%** ●○○○○○○○○○○○○○○

Esfera estadual/federal

Mulheres: **40%** ●●●●○○○○○○○○○○
Homens: **7%** ●○○○○○○○○○○○○○○

*Fonte: Boletim técnico Gênero e Violência Política 2022, do Observatório da Mulher contra a Violência

A Polícia Civil investiga o crime.

A poucos dias do primeiro turno, a vereadora Tainá de Paula (PT-RJ), então candidata à reeleição, sofreu um atentado a tiros em Vila Isabel, Zona Norte do Rio. Dois homens armados dispararam duas vezes contra o veículo em que a parlamentar e sua equipe estavam. Não houve

feridos, pois o carro era blindado. A Polícia Civil afirmou em nota que descarta motivação política, mas segue investigando o caso. Tainá foi reeleita.

Outra parlamentar que enfrenta cotidianamente a violência política é a deputada estadual Marina do MST (PT-RJ). O episódio mais emblemático

aconteceu em agosto do ano passado. Enquanto tentava realizar uma plenária de prestação de contas de seu mandato em Lumiar, em Nova Friburgo (RJ), a deputada sofreu ameaças e agressões físicas e morais. “Eu me senti violentada, ofendida, discriminada. Se eu não fosse do movimento social, se eu não fosse mulher, se eu não fosse negra, eu não teria sofrido aquele grau de violência”, destaca a deputada. O Ministério Público do Estado denunciou oito pessoas envolvidas nas agressões.

“A violência de gênero na política é quase uma questão cultural, tão forte é o machismo e o patriarcado do nosso país”, avalia Marina. “É um tema que devemos enfrentar, a começar pelos espaços nos quais participamos, na academia, nos partidos políticos, e também nos movimentos sociais, já que não se trata de uma exclusividade da extrema direita. A esquerda também não está livre disso, pois a violência de gênero é algo estrutural da nossa sociedade”, afirma.

Vice-presidenta da AdUFRJ, a professora Nedir do Espírito Santo viveu na pele uma situação de violência política de gênero num espaço de articulação de esquerda. No 67º Conad do Andes, a docente foi a única pessoa nominalmente citada em um texto. Apesar de mencionada caluniosamente, a docente não teve direito à defesa. “O Conad debate temas políticos do nosso sindicato nacional. Ao invés de o texto citar a institucionalidade, citou nominalmente uma pessoa, de

forma caluniosa e descontextualizada”, lamenta Nedir.

“Eu fui acusada de marginalizar o movimento estudantil. Covardemente, nenhuma das pessoas que escreveu o texto foi defendê-lo no plenário, de forma que eu não pude me defender”, critica a professora. “Fui silenciada. Como uma instituição permite que uma pessoa seja caluniada e não dá voz para que ela se explique?”, questiona.

POR QUE ACONTECE

Presidenta da AdUFRJ e pesquisadora do tema, a cientista política Mayra Goulart, professora do IFCS, afirma que os inúmeros casos de violência política de gênero no Brasil têm uma única raiz: o patriarcado. “Esse sistema social e político funciona para manter as hierarquias consolidadas. Essas hierarquias se estruturam a partir de relações econômicas, mas que têm clivagens de gênero e raça”, explica. “No topo dessa hierarquia está o homem branco, hetero e cis de classe alta. Tudo o que discrepa dessa hegemonia sofre violência, porque ameaça prerrogativas estabelecidas”, analisa a pesquisadora. “Quanto mais afastada desse perfil hegemônico, mais agressões a pessoa sofrerá”.

Mayra Goulart também acredita que o fortalecimento de movimentos conservadores de extrema direita contribuiu para que mais mulheres sofriam mais violência política. “O conservadorismo, como o próprio nome diz, prega a manutenção, a conservação do patriarcado. Então, quanto mais ele é aceito e reivindicado por pessoas e grupos, mais aceita – e até mesmo estimuladas – são essas violências”, avalia Mayra.

Doutoranda do Centro de Estudos Interamericanos da Universidade de Bielefeld, na Alemanha, Livia de Souza Lima pesquisa a atuação de mulheres negras na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Durante suas observações, ela compreendeu que precisaria falar sobre violência política de gênero e raça. “Não foi algo que era prévio, surgiu a partir das observações, do que essas

mulheres enfrentam exercendo seus mandatos”, afirma.

Para a pesquisadora, é preciso compreender a razão de um corpo ser previamente sujeito a ataques. “A violência política de gênero é um contíguo da violência de gênero. Há uma condição subalternizada da mulher na sociedade e a política, como espaço de poder, vai ser refratária a diversos grupos considerados minoritários ou marginalizados”, avalia. “A violência, então, serve para barrar a expansão desses grupos”.

DESLEGITIMAÇÃO

De acordo com Livia, homens e mulheres sofrem violência política, mas a forma como essa violência se manifesta vai depender do gênero da pessoa agredida. Em geral, mulheres são sempre deslegitimadas e atacadas com desqualificações pessoais. “Por exemplo, mulheres negras são excluídas de espaços por onde circulam parlamentares homens, porque há um imaginário social que diz que aquele não é o lugar delas”, avalia. “Mulheres têm sua capacidade técnica questionada, são silenciadas, são colocadas como arrogantes quando reivindicam sua capacidade técnica”, exemplifica.

O exemplo maior da violência política de gênero no Brasil é o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018. “Por que o corpo da Marielle se torna matável?”, questiona Livia. “Quais são os cálculos políticos que levam ao entendimento de que aquele assassinato terá as mínimas consequências possíveis?”.

Deputada estadual e pesquisadora, Renata Souza (PSOL) é ex-assessora de Marielle e foi quem primeiro enxergou que o assassinato da parlamentar tinha relação direta com seu gênero. Foi quando, ainda em 2018, ela cunhou o termo ‘feminicídio político’. “A escalada dessa violência de gênero é justamente o feminicídio político, é o grau máximo dessa violência”, afirma a autora do termo. “Por que as mulheres na política são mortas? Pela sua condição de gênero atravessada por outras questões sociais”, explica Re-

TIPOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA REGISTRADAS DE 15/11/2022 A 15/08/2024

153 ameaças
41 atentados
38 ofensas
26 agressões
22 assassinatos
15 criminalizações
4 invasões

Regiões com mais ocorrências

Em **77%** dos casos, as vítimas exerciam mandatos

73,5% dos casos de ofensas aconteceram em ambientes parlamentares

80% das ofensas foram proferidas por parlamentares homens cisgênero

Partidos de esquerda foram os alvos mais frequentes: **PT (56)** e **PSOL (33)**



*Fonte: ONG Terra de Direitos

Denúncias de violência política contra mulheres realizadas pelo Disque 100

2022: 354
2024: 586

*Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

ARTE/ADUFRJ

nata. “E não falo só da política institucional, mas de todos os espaços em que mulheres exercem política”, diz.

Ela dá alguns exemplos. A juíza Patrícia Acioli, assassinada em 2011, é um deles. “O fato de ela ser mulher criou essa condição institucional de estar sem escolta”, diz. Mãe Bernardete, liderança quilombola na Bahia, é outra. “Foi morta fazendo a luta pela terra, na frente de seus netos, com tiro no rosto que configura o ódio, a misoginia”.

A parlamentar também é vítima de violência política de gênero desde antes de assumir seu primeiro mandato como deputada estadual, em 2018. “No dia seguinte à eleição, as minhas redes foram atacadas. As pessoas me chamavam de macaca e diziam que eu teria o mesmo fim de Marielle”, conta. “Ali, eu entendi que seria preciso pensar na minha segurança pessoal para conseguir assumir o mandato”, lembra. “Tudo isso, não tenho dúvidas, é um atentado à democracia”.

ALTERNATIVAS

Não há segredo para combater a violência de gênero. O caminho passa, necessariamente, por conscientização, educação e judicialização com punição. “Uma é a via institucional, com punição para aquilo que é crime, e criação de regras que estimulem representação de minorias”, aponta Mayra Goulart. “A segunda via é a conscientização, com criação de processos de comunicação, diálogo e educação sobre a importância de superar o patriarcado”, conclui.

Livia Souza concorda. “O marco legislativo é muito importante, pois ajuda que o tema seja tratado com institucionalidade. Mas não pode haver só o punitivismo. É preciso visibilizar o problema e ter um protocolo de enfrentamento, que ainda não conseguimos construir”, diz. “Precisamos entender o status da violência política de fato. A política é conflito, mas é preciso estabelecer os limites sobre o que é esperado na democracia e o que devemos considerar violência na política”.



A violência política de gênero é um tema muito sério e importante de ser debatido pela academia, por partidos políticos e também pelos movimentos sociais, que é minha origem. É um tema que devemos enfrentar com organi-

zação popular, com formação política em todas as instâncias, sobretudo nos partidos políticos, inclusive os de esquerda, que também não estão livres disso, exatamente porque se trata de algo estrutural da nossa sociedade.

Acredito que há uma vinculação direta entre o aumento da violência com o fortalecimento da extrema direita nas Casas Legislativas. Houve um pequeno aumento do percentual de mulheres nas candidaturas e nos espaços legislativos, o que é um avanço importante, mas é preciso haver um preparo para lidar com o aumento da violência.

Eu fui atacada numa atividade de prestação de contas do mandato, em Lumiar. Fui agredida, impedida de exercer meu direito parlamentar de dialogar com a população. Não reconheceram meu papel. Também não há o reconhecimento nas Casas Legislativas dessas mulheres que estão exercendo seu mandato. Eu acho que há um aumento dessa violência com o crescimento da extrema direita, mas há também reação. Surge uma série de movimentos para que haja denúncias e para que seja



DEPOIMENTO | MARINA DO MST DEPUTADA ESTADUAL (PT)

feita justiça.

Eu me senti realmente violentada, mas coletivamente nós enfrentamos os agressores e a plenária aconteceu. No pátio da polícia, mas aconteceu.

Eu me senti ofendida, atacada, violentada e discriminada. Se eu não fosse do movimento social,

se eu não fosse mulher, se eu não fosse negra, eu não teria sofrido aquele grau de violência. Não tenho lugar para o ódio no meu coração, mas exijo que seja feita a justiça. O processo está andando. Alguns já vão pagar custas básicas e oito réus vão a julgamento.

Infelizmente, vivemos um rebaixamento da política na Alerj e em outros espaços legislativos. Homens e mulheres parlamentares que têm em seus projetos o desejo de fazer política de fato são atacados. Estou vindo do plenário. Havia na pauta um projeto meu para que o governo do estado possa desenvolver políticas de acolhimento para pessoas vítimas de trabalho análogo à escravidão, com acesso à saúde, habitação. São poucas as vezes em que há um projeto importante na pauta. A saída para esse duro cenário deve ser coletiva e passar por punição e educação.



DEPOIMENTO | RENATA SOUZA DEPUTADA ESTADUAL (PSOL)

Ser da favela causa um nível de criminalização muito violento, que se alia à misoginia e ao racismo. São elementos que se agrupam e levam a sociedade quase que referendar que uma mulher da favela está necessariamente ligada ao crime. E isso aconte-

ceu com a Marielle. Houve até o caso de uma desembargadora que tentou associá-la a facções criminosas.

Eu fui vítima de violência de gênero no dia seguinte das eleições de 2018. Eu vinha de uma situação de chefe de gabinete da Marielle e fui eleita pra o primeiro mandato. Todas as minhas redes sociais foram atacadas. O número de seguidores aumentou de maneira absurda e aproveitaram para me atacar. As pessoas me chamavam de macaca e diziam que eu teria o mesmo fim de Marielle. Ali eu percebi que teria que pensar na minha segurança pessoal para conseguir assumir o mandato. A violência de gênero, portanto, tem recorte também de raça e de classe.

Infelizmente, sofri violência de gênero inclusive no plenário da Alerj, com injúrias e até mesmo intimidação física para me calar

ao microfone. Tudo isso diante das câmeras.

Tive que me mudar muitas vezes. As últimas ameaças que recebi continham dados sensíveis e confidenciais, com nomes e informações pessoais da minha família. É muito sórdido!

A escalada da violência de gênero é justamente o feminicídio político, que é o grau máximo dessa violência. Por que as mulheres da política são mortas? Pela sua condição de gênero atravessada por outras questões sociais. E não falo só da política institucional, mas de todos os espaços em que mulheres exercem política. A juíza Patrícia Acioli está incluída nesse conceito. Ela enfrentou o embrião da milícia de São Gonçalo e o fato de ser mulher criou essa condição institucional de ela estar sem escolta. Ela fazia parte de uma estrutura que deveria protegê-la e, ainda assim,

teve sua segurança negligenciada. Mãe Bernardete, que foi morta fazendo a luta pela terra na Bahia, é outro exemplo. Foi assassinada na frente de seus netos, com tiro no rosto, que configura todo esse ódio, essa misoginia. Irmã Dorothy Stang, outro exemplo. Todas mulheres envolvidas com a transformação social, com a mudança significativa da sociedade. Lideranças com o poder de mudar a realidade local a partir de seu trabalho diário. Todas defensoras dos direitos humanos.

Ao olhar para esses casos, quase todos são de disputa por território, o que remonta a um Brasil que não resolveu sua questão agrária. E que está ligado, segundo ao que apontam as investigações, ao próprio caso de Marielle. Esse é um grande tema por trás da violência política de gênero. Muitas dessas lideranças agrárias são mulhe-

res. Esse conceito do feminicídio político também se consolida por essa via. Ameaças os filhos é outra face dessa violência direcionada às mulheres. A Mãe Bernardete teve um filho assassinado antes de ela própria ser executada.

O Brasil não tem nem 20% de participação feminina na política. O patriarcado impede que essas mulheres exerçam plenamente seu papel político. Mesmo entre as que assumem seus mandatos, a maior parte vem de uma herança patriarcal. Estão lá por conta de seus maridos, de seus pais, de seus avós. Nós, que não herdamos essa estrutura, acabamos sendo mais vítimas de violência política de gênero. Quando uma mulher preta e favelada acessa espaços de poder, ela “ousa demais” dentro dessa lógica patriarcal. Tudo isso, não tenho dúvidas, é um atentado à democracia.

Quadro financeiro crítico da FUJB é tema do Consuni

> Auditoria mostra que reservas da Fundação Universitária José Bonifácio estão sendo consumidas por seguidos passivos de caixa. Diretoria quer que entidade assuma projetos não relacionados à Coppe

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjrj.org.br

A delicada situação financeira da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) foi o tema central do Conselho Universitário na sessão desta quinta-feira (10). Ao apresentar os resultados de uma auditoria contratada para mapear os fluxos de gestão e recursos da entidade, o presidente da FUJB, Alberto Nóbrega, disse que a fundação “tem cinco anos a mais” de atividades, se o quadro atual não for revertido. “A FUJB simplesmente fecha. Nós temos que agir agora”, alertou o dirigente.

Nóbrega, que é professor do Instituto de Microbiologia Paulo de Góes, e o secretário-geral da FUJB, o professor emérito Ricardo Medronho, da Escola de Química, assumiram a fundação em janeiro deste ano, nomeados pelo Consuni. Em três meses de trabalho, eles constataram que era preciso alterar os métodos de administração e, sobretudo, as formas de captação de projetos da entidade. Decidiram então contratar a auditoria, que detectou, entre outros problemas, a morosidade dos procedimentos administrativos, a reduzida captação de recursos em novos projetos e, o mais grave, o acúmulo de mais de uma década de passivos operacionais.

“Esse longo período de déficit de caixa vem reduzindo as reservas da fundação, colocando em risco a sua viabilidade financeira”, relatou o presidente. Entre as medidas adotadas pelos dirigentes diante do diagnóstico apontado pela auditoria estão a contratação de três gestores profissionais para a fundação e a decisão de abrir uma nova sede da FUJB no campus do Fundão — o espaço já foi cedido pela reitoria, nas instalações da antiga Bio Rio, e a entidade agora busca parcerias com empresas para viabilizar as obras.

CAPTAÇÃO

Primeira fundação de apoio a instituições de ensino superior no país — foi criada em dezembro de 1975 e serviu de “laboratório” a várias outras que surgiram posteriormente —, a FUJB tem sua sede no campus Praia Vermelha. A criação de uma sede no campus do Fundão, acredita o professor Nóbrega, tende a aproximar a fundação de centros da UFRJ que são



“NOVA FUJB” Entre as medidas adotadas pela diretoria está a criação de uma nova sede no Fundão. Acima, a atual sede da Praia Vermelha

“Que o Conselho se debruce sobre esse problema e a gente possa construir uma solução de consenso para viabilizar a FUJB”

ALBERTO NÓBREGA
Presidente da FUJB

prósperos em projetos, como o CCS, o CT e o CCMN.

A nova sede faz parte do que os dirigentes chamam de “Nova FUJB”. Assim como a contratação do advogado Paulo Haus Martins como diretor jurídico, do engenheiro Guilherme Lessa Bastos como diretor-executivo, e da advogada Lilian Turon como diretora administrativa. “Estamos recebendo retorno de vários responsáveis por projetos constatando a melhoria dos processos internos”, disse Alberto Nóbrega.

Na área de captação de projetos, o principal problema apontado pela auditoria, o presidente da FUJB fez uma proposta que gerou intenso debate entre os conselheiros. Ele apresentou dados comparativos da funda-

ção e da Coppetec. Enquanto a fundação criada em março de 1993 a partir de um departamento da Coppe captou um total de R\$ 277,8 milhões em projetos de fevereiro de 2023 a maio deste ano, a FUJB captou apenas R\$ 19,3 milhões. Em termos percentuais, a Coppetec ficou com 93% dos recursos de projetos da UFRJ no período. A FUJB, apenas 7%.

De acordo com os dados apresentados, uma parte significativa dos recursos obtidos pela Coppetec (R\$ 77 milhões) vem de projetos não relacionados à Coppe. “Nossa proposta é que este Conselho defina que os projetos não relacionados à Coppe passem a ser direcionados à FUJB. E que a Coppetec permaneça com os projetos relacionados à Coppe. Essa proposta pode assegurar a viabilidade financeira da FUJB como fundação de apoio da UFRJ. Essa é uma situação institucional que precisa ser equacionada e resolvida. A permanecer esse status quo, em curto prazo a FUJB não será mais financeiramente viável e terá sua existência ameaçada”, apontou o presidente da entidade.

Alguns conselheiros, apesar de enaltecerem o esforço dos dirigentes da FUJB em buscar uma solução para o problema financeiro da fundação, criticaram a proposta, sob os argumentos de que os pesquisadores têm que preservar a liberdade de escolha para a gestão de seus

EMERÊNCIA

Na sessão de quinta-feira (10), o Consuni aprovou, por aclamação, a concessão do título de emérita à professora Eliana Barreto Bergter, titular aposentada do Instituto de Microbiologia Paulo de Góes e chefe do Laboratório de Química Biológica de Microrganismos. A indicação da docente já fora referendada pela Congregação da unidade e pelo Conselho de Coordenação do CCS. Graduada em Química Industrial pela Universidade Federal de Sergipe (1969), Eliana tem mestrado (1973) e doutorado (1978) em Ciências (Microbiologia) pela UFRJ, e pós-doutorado pelo Plant Biotechnology Laboratory, do Canadá (1980). Eliana ingressou como docente na UFRJ em 1972 e, em 1998, foi aprovada como titular do Departamento de Microbiologia do IMPG.

projetos, e de que o Consuni não pode fazer isso “por decreto”.

“Não acho que é através de decreto que a gente vai resolver isso. Acho que é com um bom projeto de divulgação da fundação, mostrando resultados, que se pode mudar a visão que a FUJB tem dentro e fora da uni-

versidade, inclusive junto a em-

presas que são nossas parceiras, como a Petrobras. Há empresas que não aceitam ter seus projetos na FUJB. E se nós tentarmos fazer isso por decreto há empresas que não vão querer assinar. Temos que mostrar que a FUJB mudou”, pontuou a pró-reitora de Graduação, professora Maria Fernanda Quintela.

Já o decano do CCMN, professor Josefino Cabral, convidou os conselheiros a refletirem sobre a atual conjuntura da FUJB. “Teoricamente, sim, o pesquisador deve ter a liberdade de escolher qual fundação vai usar. Mas, na prática, será que nós podemos apenas esperar a FUJB mostrar resultados para cativar novos pesquisadores? Se não fizermos nada, nós não estaremos matando a FUJB? Esse é o ponto a se pensar”, ponderou Cabral.

Alberto Nóbrega lembrou que há precedentes na UFRJ em decisões “por decreto”. “Vou me permitir divergir de meus colegas a respeito de resolver por decreto. Quero lembrar que o nosso saudoso reitor Aloísio Teixeira determinou que os projetos de óleo e gás fossem para a Coppetec. Então há coisas que acontecem por decreto. Temos que separar a teoria da prática. Que o conselho se debruce sobre esse problema e a gente isso. Acho que é com um bom projeto de divulgação da fundação, mostrando resultados, que se pode mudar a visão que a FUJB tem dentro e fora da uni-

versidade, inclusive junto a em-

JOÃO LAET

‘Sala limpa’ trará salto de qualidade para a pesquisa

> Projeto liderado por pesquisadores do Instituto de Física foi aprovado em edital da Finep e terá recursos para a montagem de um laboratório multiusuário que servirá a várias áreas da UFRJ

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjrj.org.br

O nome é tão simples quanto adequado: sala limpa. Mas por trás dessa simplicidade está um sofisticado laboratório com recursos de última geração capaz de proporcionar ganhos de produtividade e sinergia para diversas linhas de pesquisa em desenvolvimento na UFRJ. O projeto, denominado Fabritek e liderado por professores do Instituto de Física, acaba de ser contemplado com recursos da ordem de R\$ 14,5 milhões da Finep no edital para Centros Temáticos 2023, na linha 4 (Defesa), e foi o segundo mais bem colocado na chamada pública, com média final de 4,926 em 5 possíveis — só ficou atrás de um projeto da UFMG, com 4,944.

“Não existe uma infraestrutura dessa natureza na UFRJ. A ideia é montar esse laboratório para que ele receba pesquisadores de diferentes áreas. Estamos no Instituto de Física, mas ele pode servir à Engenharia de Materiais, à Engenharia Elétrica, à Química, entre outros campos. O fato de todos se reunirem numa mesma infraestrutura vai gerar uma sinergia de colaboração muito rica. Será um impulso para todas as linhas de pesquisa, um terreno fértil para a inovação”, acredita a professora Patrícia Lustoza (IF), uma das autoras do projeto.

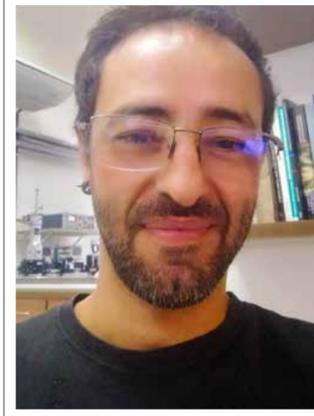
OUTRO PATAMAR

Inicialmente concebido como um centro temático na área de Defesa, o novo laboratório terá como objetivo primordial a fabricação de diversos dispositivos como fotodetectores de infravermelho e células solares usadas em satélites. Já há trabalhos nessa área em parceria do IF com o Instituto de Estudos Avançados da Aeronáutica, por exemplo. E o objetivo é avançar mais. “Essa fabricação caminha no sentido de ajudar o Brasil a reduzir sua dependência de conhecimento nessa área. Muitos desses dispositivos nem podem ser comprados no mercado internacional por conta de uma série de barreiras”, explica Patrícia Lustoza.

O laboratório já tem uma sala reservada no prédio do Instituto de Física, no campus do Fundão, mas só deverá entrar em operação daqui a dois anos. Esse é o tempo necessário para as obras civis e para a compra, instalação e testes dos equipamentos. A maior parte dos recursos — em torno de R\$ 12 milhões — deverá ser investida em equipamentos como perfilômetros, metalizadoras e microscópios em escala micro e nano.

De acordo com Patrícia Lustoza, há laboratórios no Rio que possuem alguns desses equipamentos, como na PUC-Rio, no CBPF e no IME. “Mas concentrar todos eles numa sala limpa é nosso objetivo. São equipamentos importantes e de uso intensivo. Peças sobressalentes e técnicos de reparos nessas máquinas não se encontram aqui, às vezes tem que vir um especialista do exterior para consertar. É

FOTOS: ACERVO PESSOAL



AVANÇOS Os professores Mauricio Pamplona (no alto), Patrícia Lustoza e Benjamin Salles, todos do Instituto de Física, acreditam que o projeto possa dar impulso a vários grupos de pesquisa da universidade. Laboratório terá como foco principal a área de Defesa

fundamental ter mais de um equipamento como esse na mesma cidade, de forma a não interromper pesquisas por conta da quebra de um deles?”

Segundo o professor Mauricio Pamplona (IF), também autor do projeto, o laboratório pode levar a UFRJ a outro patamar em pesquisas. “Muitos equipamentos da área de Defesa são de uso dual, ou seja, podem ter também utilização civil. Isso dá uma grande amplitude ao projeto. Nós temos no IF um laboratório multiusuário, com equipamentos de grande porte, com uma gestão coletiva e usuários externos. A gestão da sala limpa vai seguir esse mesmo molde. Será integrada a esse laboratório multiusuário que já existe, vamos ter um sistema de agendamento e oferecer treinamento”, diz o professor.

Pamplona prevê novos tempos para a pesquisa na universidade. “A UFRJ era muito carente nisso, assim como o próprio Rio de Janeiro. Essa estrutura que vai ser criada, com essa integração de equipamentos que teremos, será a única de nosso estado. Vai ser uma mudança grande, um impulso para atrair alunos e projetos. Eu estou muito animado”.

FONTE DE CRESCIMENTO

A mesma animação é compartilhada por outro autor do projeto, o professor Benjamin Salles, também do IF. “A sala limpa é um espaço onde tudo que é instalado ou que entre lá dentro é preparado de tal forma que não espalhe partículas no ar. Porque se cair uma sujeirinha durante qualquer processo dentro do laboratório ela pode comprometer a qualidade do dispositivo. Então o espaço e o ar têm que estar muito limpos. Para entrar nessa sala, por exemplo, nós temos que usar um traje especial que cubra todo o nosso corpo, e utensílios que cubram nosso cabelo, nosso rosto. Os equipamentos mais sensíveis vão ficar sob um fluxo laminar de ar ultralimpo”, explica Salles.

O professor enxerga um horizonte promissor a partir da operação da sala limpa. “É um laboratório de pesquisa que nos permite estar na interface com o setor produtivo. Poderemos testar novos tipos de estruturas, novos dispositivos, mostrar suas habilidades, seus rendimentos. Se a gente conseguir atingir bons resultados, todo esse trabalho pode ser transferido para a indústria. O nosso papel é fazer a pesquisa para desenvolver novos dispositivos, mais eficientes dos que os que existem atualmente, ou nacionalizar tecnologias que não são comercializadas”, vislumbra.

Salles acredita que o novo laboratório poderá contribuir para a reversão de um processo de perda de talentos observado nos últimos anos: “Nesse período em que tivemos escassez de recursos, a UFRJ como um todo e o IF, em particular, sofreram muito com a perda de jovens professores que foram para outros países. É importante termos boas condições de trabalho para reter esses jovens professores e atrair alunos. Tomara que precisemos abrir concurso para trazer gente que tenha expertise em litografia,



“Não existe uma infraestrutura dessa natureza na UFRJ. A ideia é montar esse laboratório para que ele receba pesquisadores de diferentes áreas. Estamos no Instituto de Física, mas ele pode servir à Engenharia de Materiais, à Engenharia Elétrica, à Química, entre outros campos. O fato de todos se reunirem numa mesma infraestrutura vai gerar uma sinergia de colaboração muito rica”

PATRICIA LUSTOZA
Professora do Instituto de Física
e uma das autoras do projeto

em processamento de amostras. É uma fonte de crescimento para o instituto e para a UFRJ”.

Para o diretor do IF, professor Nelson Braga, a classificação do projeto é uma grande conquista. “E não só para o Instituto de Física ou para a UFRJ, mas para o país. Fico muito feliz. A pesquisa experimental de ponta é fundamental para o desenvolvimento da Ciência, e ela depende muito de recursos para a modernização de laboratórios, para a compra de equipamentos. Há profissionais de outras unidades da UFRJ envolvidos nesse projeto, que vai resultar em um laboratório multiusuário. A Finep e o CNPq têm investido nesse tipo de projeto que pode atender a várias áreas”.

Venha para a **AdUFRJ**

NOVOS SINDICALIZADOS TERÃO:

- **ASSESSORIA JURÍDICA**
- **WELLHUB GYMPASS**
- **DIVERSOS TIPOS DE DESCONTOS, INCLUSIVE NA DROGA RAIA E NO LABORATÓRIO RICHEL PARA MEDICAMENTOS E VACINAS**
- **GRATUIDADE NOS PRIMEIROS DOIS ANOS PARA PROFESSORES ADJUNTOS E ASSISTENTES**



FALE CONOSCO:  **(21) 99644-5471**  **(21) 99358-2477**